

HIBRIDISMOS (ONTOLÓGICOS) E OPACIDADES (EPISTÊMICAS) NA (BEM-SUCEDIDA) CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE PÚBLICAS

Rosana de Freitas Boullosa¹

Resumo

Este ensaio problematiza o *Campo de Públicas* como um processo de construção de sentidos e significados que orienta uma comunidade de estudiosos e praticantes, mas também de instituições, em busca de uma identidade comum que os demarque científica e profissionalmente. Neste processo, o Campo de Públicas construiu para si uma sobreposição com a noção de “campo”, o qual vem sendo pluralmente compreendido como campo de conhecimento, campo de práticas, campo de saberes, campo científico, dentre outros. A sobreposição Campo/campo produziu um conjunto variado de consequências que não podem ser normalizadas, tampouco tomadas por óbvio. Os ganhos de tal amarração, sobretudo os iniciais, como os de mobilização e reconhecimento, continuam sendo celebrados pela literatura, o que concordo. No entanto, infelizmente, em detrimento de algumas perdas que também precisariam ser estudadas. Este ensaio busca ajudar a preencher esta lacuna, problematizando a sobreposição Campo/campo como produtora de hibridismos (ontológicos) e opacidades (epistemológicas). Argumenta-se, por fim, que só enfrentando esta incômoda lacuna conseguiremos alcançar tão esperada densidade crítico-analítica, que só um campo, sem capitulação, mas com muita disputa, consegue reflexivamente construir.

Palavras-chave: Campo de Públicas; campo científico; ontologia; disputas epistemológicas.

Abstract

This essay problematizes the “Campo de Públicas” as a process of constructing meanings and significances that guides a community of scholars and practitioners, as well as institutions, in search of a common identity that distinguishes them scientifically and professionally. In this process, the Campo de Públicas has overlapped with the notion of “field,” which has been pluralistically understood as a field of knowledge, field of practices, field of expertise, scientific field, among others. The Field/field overlap has produced a varied set of consequences that cannot be normalized, nor taken for granted. The gains from such interconnection, particularly the initial ones such as mobilization and recognition, continue to be celebrated in the literature, which I agree with. However, unfortunately, at the expense of some losses that also need to be studied. This essay seeks to help filling this gap by problematizing the Field/field overlap as a producer of ontological hybridities and epistemological opacities. It is argued, in conclusion, that only by confronting this uncomfortable gap can we achieve the long-awaited critical-analytical density that only a field, without capitulation but with ample dispute, can reflexively construct.

Keywords: “Campo de Públicas”; field of knowledge; ontology; epistemological debates.

¹ Professora Associada III da Universidade de Brasília/Departamento de Gestão de Políticas Públicas e professora colaboradora da Escola Nacional de Administração Públicas. Bolsista de produtividade de pesquisa do CNPq, Coordenadora do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais do CEAM/UnB. Editora geral da revista inglesa *Critical Policy Studies*. Vice-presidenta para a América Latina da International Association of Public Policy (IPPA). Mãe feliz de Pietro. Email: zanzanzan@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O Campo de Públicas começou a ser construído na primeira década dos anos 2000 e se fortaleceu na década seguinte, a partir de um trabalho bem-sucedido de articulação e defesa para elaboração de novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em administração pública, gestão pública, gestão de políticas públicas, políticas públicas e gestão social – quase todos criados no contexto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Coordenadores(as), professores(as) e alunos(as) desses novos cursos não queriam, justamente, serem identificados e avaliados com base nos conteúdos e métricas dos cursos de administração. Nesse momento, a história das disputas entre as formações em administração de empresas e administração pública ganhava novos contornos, pois passava a se reorganizar em torno da ideia de que estaríamos lidando com dois campos de conhecimento distintos, e não com duas trajetórias formativas (PIRES *et al.*, 2014; KEINERT, 2014; COELHO, 2019). Com a entrada de tantos novos atores em cena, tais disputas se descolavam do plano (meramente) deontológico para alcançar o da episteme, ao mesmo tempo em que reivindicavam para si uma autoridade sobre a ontologia de um emergente novo campo de conhecimento. Ou pelo menos parecia ser esta a proposta.

A formalização dessas novas intenções se concretizou em abril de 2010, em ocasião de uma audiência pública realizada no Conselho Nacional de Educação, quando, de acordo com Fernando Coelho (2014), representantes de 14 destes novos cursos “aprovaram tal expressão, sugerida pelo Prof. Valdemir Pires, como uma identidade para integrá-los e mobilizá-los” (COELHO, 2014, p. 28). A etiqueta “Campo de Públicas” ainda foi por algum tempo explicada muito mais como *nomenclatura*, *articulação* ou no máximo como uma *rede*. Como tal, funcionava bem, pois, além de respeitar as diferenças entre os tantos cursos que nela se engajavam (GONÇALVES, 2014), contornava a tensão desagregadora que poderia tomar corpo em relação a uma possível hierarquia entre os cursos em administração pública e os demais - ou “conexos”, como diria Coelho (2014, p. 28). Mas o processo de dar um nome, sobretudo um nome próprio, carregava consigo um conjunto de valores e de intenções que logo viria à tona, sobrepondo-se às explicações iniciais em torno de uma ideia de chamamento histórico¹.

Com o sucesso alcançado como articulação, respaldado por conquistas concretas e importantes, como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), a noção de que o Campo de Públicas representava algo além de uma simples articulação ganhou rapidamente força. Sua luta passava a ser explicada como impulsionada pela “afirmação e reconhecimento de sua

¹ Não vou entrar nesta seara, mas não posso deixar de lembrar que o *policy field* de Harold Lasswell, guardada as devidas proporções, também começa com textos de grande apelo e tom convocatório (LASSWELL, 1951; 1970; 1971).

identidade como campo autônomo do conhecimento" (COELHO, 2014, p.29). Logo, começávamos a encontrar a sobreposição entre Campo/campo nos discursos da comunidade e em sua literatura mais específica, que, talvez sem plena consciência, contribuíam para a construção dessa relação. Mas afinal, quais seriam os significados e sentidos contidos nessa substantivação do Campo de Públicas como campo? De qual ideia de campo, em minúscula, estaríamos falando? De campo de conhecimento, de campo formativo, de campo de saberes, de campo científico ou de outras possíveis interpretações? Quais seriam as implicações ao nomear e delimitar esse processo de construção? De uma perspectiva crítica (FISCHER, 2016; BOULLOSA; PERES; BESSA, 2021), essa é uma questão que não pode ser considerada óbvia ou naturalizada. Pelo contrário, investigar a sobreposição Campo/campo, desnaturalizá-la, como tentaremos começar a fazer aqui, pode nos ajudar a fortalecer ainda mais nossa própria história, na qual lutas anteriores ainda ecoam na batalha competitiva pela demarcação que tanto buscamos.

Um primeiro olhar crítico, retrospectivo, nos mostra que, se, por um lado, a sobreposição Campo/campo, sem dúvida, impulsionou a busca por mobilização e por reconhecimento de muitos atores que se viam sem amparo ontológico e conforto deontológico, ajudando a conformar uma ativa comunidade de estudiosos e praticantes; por outro, pode ter influenciado o problema mais recorrentemente apontado na literatura sobre o Campo de Públicas: seu ainda insuficiente desenvolvimento epistemológico (PIRES *et al.*, 2014; FARAH, 2016a; 2016b; ETUALIN; SERAFIM; HOROCHOVSKI, 2018; COELHO, 2019; COELHO; ALMEIDA; MIDDLEJ; SCHOMMER; TEIXEIRA, 2020; BOULLOSA; PERES; BESSA, 2021; MAGALHÃES, 2023). No entanto, ambos os movimentos percebidos, expansão e retração, respectivamente, não podem, porém, ser criticamente analisados como distintos entre si, pois eles vêm sendo parte deste mesmo processo social de construção de sentidos e significados (FISCHER, 2016), que envolvia, por óbvio, tanto o mundo acadêmico, quanto o profissional.

Esta amarração que os estudos críticos fazem entre os maiores ganhos e as principais perdas, trazida aqui para entender melhor o que estamos construindo, é um caminho que pode nos ajudar a identificar o que eu chamarei aqui de “**armadilha constituinte**” do Campo/campo. Este tipo de armadilha se cria em tensões muito específicas entre os planos deontológico e epistemológico, com reverberações e fixação no plano da ontologia. O significado contido em fixação é, porém, duplo: por um lado significa o lócus onde essa armadilha se estrutura, de difícil acesso, portanto; por outro, porém, carrega consigo a ideia de conserto, de reparo, deixando uma possibilidade de coletivamente agirmos em tal armadilha constitutiva – o que, já adiante em consonância com meu quadro valorativo, poderia ser alcançado por meio da promoção de um reflexividade (pragmatista).

Visto deste modo, esta armadilha pode ter nos aprisionado em uma experiência estreita de aceleração identitária, ou de institucionalização precoce, que acabou produzindo algumas fragmentações (e lacunas) em nossos percursos de investigação conjunta, de aprendizagem e de reflexividade que seriam necessários para uma ontologia que interpretativamente sublinhasse os problemas de valor, facilitando as lutas demarcatórias na ciência, para fora, mas também para dentro do novo campo. Por estarem em nossa origem, sem possibilidades de mudanças no que já fizemos, proponho que estas fragmentações passem a ser assumidas aqui como “**hibridismos constituintes**” de um campo novo de estudos, na esteira da sobreposição Campo/campo, personificado no Campo de Públicas, e que talvez não tenha paralelos em outras culturas, em outros países.

Em outras palavras, estaríamos construindo, portanto, um campo novo de estudos e práticas (lacuna primeira de pesquisa), engenhosamente híbrido (lacuna segunda de pesquisa), em resposta, pelo menos parcialmente, à “armadilha constitutiva” da sobreposição Campo/campo (lacuna terceira de pesquisa). Esta armadilha seria também responsável por um processo despercebido de opacidade dos (já poucos) espaços deixados para as necessárias disputas epistemológicas internas (lacuna quarta de pesquisa). Para apresentar e discutir o caminho de lacunas articuladas de pesquisa que apresento nesta introdução (primeira seção), proponho desnaturalizar criticamente a sobreposição Campo/campo (segunda seção), dando maior ênfase nas interrogações que apontam para um plano mais ontológico de tal relação, sobretudo em sua condição de “armadilha constitutiva”. Em seguida, buscarei aprofundar tal sobreposição explorando sua dimensão mais projetual, por considerá-la como elemento fundante das fragmentações que estão na base de nossa ontologia (terceira seção). Ao olhar para as fragmentações, a discussão se encaminha para as opacidades que modelam e são modeladas pela subtração de espaços para as necessárias disputas epistemológicas (quarta seção). Por fim, argumenta-se que só enfrentando estas fragmentações como hibridismos criativos no plano da ontologia conseguiremos alcançar uma tão esperada densidade crítico-analítica (última seção).

Do ponto de vista do método, está é uma pesquisa de abordagem crítica (FISCHER, 2016; BOULLOSA; PERES; BESSA, 2021), que se assume interpretativista, de base documental e bibliográfica. A hipótese de trabalho emergiu da percepção e da vivência da autora como professora e pesquisadora que se reconhece neste duplo objeto, ou seja, tanto no Campo de Públicas, quando no campo de estudos em políticas públicas. O desenvolvimento, porém, centrou-se muito mais nos achados de uma pesquisa bibliográfica cuja seleção se deu pelo método da bola de neve, assumindo dois artigos como os pontos de partida para a construção do universo de textos trabalhados. Estes artigos foram “O Campo de Públicas após a instituição

das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) de administração pública: trajetória e desafios correntes (2015-2020)”, de Coelho, Almeida, Midlej, Schommer e Teixeira (2020), e “Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais”, de Pires, Silva, Fonseca, Vendramini e Coelho. (2014), pela centralidade que assumiram ao longo das reflexões sobre trajetória do Campo de Públicas². A busca resultou em outros 27 artigos, além de três de base teórica não diretamente ligadas ao Campo de Públicas, num total de 32 artigos.

A CONSTRUÇÃO DA SOBREPOSIÇÃO CAMPO/CAMPO

Não há um marco temporal preciso a partir do qual o Campo de Públicas passou a se reconhecer amplamente como um campo de estudos e práticas, embora tal ideia já rondasse seus primeiros movimentos. Analiticamente, porém, o documento “Carta de Camboriú”, publicado em agosto de 2010 pela *articulação* que ainda estava começando a se reconhecer como Campo de Públicas, ou como parte dela, formaliza uma das primeiras tentativas de explicar a si mesmo como um campo de saber, literalmente escrito como “campo do saber de ‘públicas’”, com o “públicas” entre aspas, o que nos remete a um processo em curso de identificação.

Mesmo assim, o documento contém uma explicação, seguida de uma nota figura, de que tal “campo” teria sido formado pela “confluência – multi ou interdisciplinar – das áreas de conhecimento em Administração, Ciências Sociais, Direito e Economia” (FP3CP, 2010, p. 3), reiterando que nenhuma delas “pode[ria], sozinha, assegurar a formação de qualidade que aqui se preconiza” (p. 5). Duas passagens chamam a atenção em termos de significado e de construção de sentidos para a sobreposição que viria rapidamente a tomar corpo. A primeira diz respeito ao fato de que a “Administração” fosse considerada como uma “área do conhecimento” mais ampla do que os chamados “sub-campos” de “Políticas Públicas”, “Gestão Pública” e “Gestão Social” (p.5). E a segunda é a ausência do termo “Administração Pública” no conteúdo da figura, diferente do que acontecia no texto escrito, deixando margem para diferentes interpretações sobre o seu lócus, bem como sobre as relações que poderia estabelecer com os demais. Sua ausência pode indicar também um status de acolhedor, ou seja, de abrigo, de todos os conteúdos e de todas as relações entre eles - algo que pode estar na base de futuras interpretações da sobreposição Campo/campo, como veremos mais adiante. É importante registrar também uma certa imprecisão entre os termos interdisciplinar e multidisciplinar³, pois ela também viria a desencadear novas produções de sentido e significados no Campo/campo.

² Uma forte evidência da sua centralidade é que o primeiro foi citado por 10 e o segundo por 6 dos onze textos que compõem o mais recente dossiê sobre o Campo de Públicas, publicado em 2023 pela revista *Cadernos em Gestão Pública e Cidadania*. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/88700>

³ “Multidisciplinar” aparece mais vezes que “interdisciplinar”.

Não obstante algumas publicações que sucederam a Carta de Camboriú, incluindo textos amplamente repercutidos no antigo "Blog Campo de Públicas", é o documento "Carta de Brasília" (FP3CP, 2013) que apresenta o Campo de Públicas, para uma audiência mais ampla, sobretudo pela sua natureza de manifesto, como um "campo multidisciplinar de formação acadêmica, científica e profissional de nível superior, assim como de pesquisa científica". Isso representa uma mudança de sentidos em relação à noção anterior de "articulação" e "rede", algo que não tinha ficado tão claro na Carta de 2010. Este documento defende de modo enfático a natureza de campo do Campo de Públicas que acaba por inaugurar o processo de naturalização da sobreposição Campo/campo, ou seja, entre o "Campo" (de Públicas) e a ideia de "campo".

A partir daí sua institucionalização acabou acontecendo muito rapidamente. Pires, Silva, Fonseca, Vendramini e Coelho (2014), autores e reconhecidos ativistas do Campo de Públicas, também foram fundamentais em tal processo. Além de explicarem o Campo como um "campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos", avançaram ao situá-lo no "âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas" (PIRES et al. 2014, p. 112). O caminho já estava aberto, mas o que se via agora era também uma crescente ressignificação da sobreposição Campo/campo como uma expressão e um esforço político de projeção - neste caso assumido claramente pela noção de fazer tecnopolíticos (a serem construídos). Assim, se poucos anos antes, se tratava de um esforço mais concentrado em defender um certo *ethos* para o Campo, o qual seria "republicano e democrático" (CARTA DE CAMBORIÚ, 2010, p. 2); logo depois ampliado com um terceiro adjetivo, "público" (FP3CP, 2013, p.2); agora, já se projetava que ele, o Campo de Públicas, teria dois "conjuntos [de] referenciais fundamentais", os epistêmicos e os empíricos, abrindo possibilidades para novos voos de projeção.

Tânia Keinert (2014) assume com muita ênfase a valência prescritiva do Campo de Públicas, reconhecendo sua natureza de *movimento*, por certo, mas também lhe atribuindo objeto e objetivo: a construção de uma "comunidade científica" (KEINERT, 2014, p.169). Se assim fosse, continua ela, apoiando-se na noção de Thomas Kuhn, o Campo de Públicas não somente conformaria um *campo*, como estaria, na verdade, construindo um "paradigma emergente" (KEINERT, 2014, p.169). Para ela, esta comunidade teria assumido o interesse público e os valores republicanos "como parâmetro[s] delimitador[s] de uma autoidentidade assumida" (KEINERT, 2014, p.169) - ou seja, ambos teriam sido assumidos como parâmetros ou como valores orientadores de projeção, explica em um tom que poderia soar como de chamamento, reforçando sua valência projetual.

Com estas e outras contribuições, a sobreposição Campo/campo foi se consolidando a um curioso ponto de não retorno. No entanto, uma das partes desta sobreposição, o "campo", aquele sem capitulação, acabou assumindo uma veste de imprecisão, pois sujeito a múltiplas

interpretações – ora era tratado como um campo científico, ora profissional, ora de saberes, ora de conhecimento, ora de formação, entre outros. Tal variedade interpretativa, no entanto, cujas interpretações poderiam até serem vistas separadamente como concorrenciais, acabou sendo muito pouco confrontada, e, de fato, as diferentes interpretações raramente chegaram a alcançar a necessária profundidade na problematização de seus aspectos ontológicos, epistemológicos e deontológicos – e muito menos na busca por coerência entre eles.

O problema é que cada interpretação possui filiações e potencialidades analíticas diferentes e essa noção vaga de campo acabou modelando-se como uma armadilha constitutiva do campo, na medida em que encontramos um forte consenso sobre a sobreposição Campo/campo, mas não conseguimos explicá-la com razoável clareza, discutindo sua natureza e aprofundando suas próprias questões nos diferentes planos da sua existência e realização social.

AS PRIMEIRAS FRAGMENTAÇÕES RESULTANTES DA SOBREPOSIÇÃO CAMPO/CAMPO

Diante dos desafios em explicar a natureza da relação Campo/campo, alguns pesquisadores(as) mais preocupados com sua ontologia, levaram as suas interrogações para os domínios da competência e da procedência desta novidade, crescendo em um terreno tão fértil. O texto de Keinert (2014) é um dos primeiros a propor uma explícita e densa amarração da trajetória de construção do Campo de Públicas com a de um campo pré-existente de saberes e práticas, como foi com o da administração pública, mesmo reconhecendo que as particularidades do novo contexto multidisciplinar impediriam uma perfeita continuidade de sentidos e significados. Quase em contemporânea, Silvia Gonçalvez (2014), interrogava a relação identitária entre o Campo de Públicas e o campo da administração pública, com bons achados de pesquisa, como a construção identitária pela negação com a formação em administração de empresas, bem como a compreensão de que os novos cursos apresentavam diferenças que ainda careciam de estudo. Ambos os textos criaram espaço para novas interpretações e novas buscas, que resultaram, de acordo com a leitura crítica aqui proposta, em fragmentações situadas no ou muito próximas do plano da ontologia.

A ideia de que o Campo de Públicas seria uma nova configuração do campo da administração pública foi razoavelmente bem recebida pela literatura, mas não vingou por completo. Um bom exemplo desta ambivalência pode ser encontrado no texto de Marta Farah (2018), no qual ela começa por explicar que a “institucionalização do Campo de Administração Pública é hoje, no meu [dela] entender, a institucionalização do ‘Campo de Públicas’” (p. 88), ou, em outras palavras também suas, que o Campo de Públicas seria a “(re)institucionalização do campo da administração Pública (...) acompanhada por uma reconfiguração da identidade da

área” (Farah, 2018, p.88). Ela assume o Campo de Públicas como sendo a sobreposição Campo/campo, mas a naturaliza o que chamei de armadilha constituinte, entendendo que, naquele momento do texto ao menos, o “campo” seria, à princípio, aquele da administração pública.

No entanto, no decorrer do mesmo texto, Farah (2018) reorganiza sua posição e traz novos sentidos para o debate ao defender que a reconfiguração que percebia era, de fato, “sua identidade como um campo multidisciplinar - o Campo de Públicas” (FARAH, 2018, p.76). E conclui num bonito chamamento de que estaríamos diante de “algo novo e plural, designado pelos próprios atores (e atrizes)” (FARAH, 2018, p. 88), abrindo espaço de acolhimento e estímulo para novos hibridismos, quase que um Campo/campos, com este último no plural. A autorização para os novos significados viria do novo sentido de que tais hibridismos seriam sujeitos de nossos percursos históricos. Os novos sentidos trazidos por Farah assumiam que o Campo de Públicas teria, sim, como *precedente histórico* o campo da administração (PIRES *et al.*, 2014; KEINERT, 2014; GONÇALVES, 2014; FARAH, 2018; COELHO, 2019; COELHO; ALMEIDA; MIDDLEJ; SCHOMMER; TEIXEIRA, 2020), compreensão fartamente difusa na comunidade e na literatura, mas que teria um mundo novo de possibilidades como *subsequente histórico*.

De algum modo, parecia que a nossa armadilha constituinte estaria sendo desmontada, pois estaríamos, finalmente, dissociando a expansão do Campo de Públicas com a diminuição de seus espaços de internas disputas epistemológicas. Mas e se não tivesse sido assim? Quais subsequentes históricos a armadilha constituinte Campo/campo poderia construir para si? As possibilidades naquele momento não pareciam ser muitas, sobretudo pela urgência histórica, e as políticas públicas, como objeto, emergiram como caminho plausível de desenvolvimentos futuros.

Marta Farah (2016a) deu um dos principais tons desta busca direcionando-a para a análise de políticas públicas, em um conhecido texto em que analisava a trajetória de tais esforços aqui no Brasil para ajudar a reconstituir o que seriam, para ela, os “antecedentes do processo de institucionalização do ‘Campo de Públicas’” (FARAH, 2016a, 960). A autora explicava que, como a análise de políticas públicas nunca tinha chegado a verdadeiramente se constituir como um campo de estudos no Brasil, poderíamos estar diante de uma chance histórica, haja visto o novo cenário (multidisciplinar) construído pelo Campo de Públicas. A análise de políticas públicas poderia, então, ser o *subsequente histórico* para o Campo/campo. O problema do que sugere é que a “análise de políticas públicas” é somente uma das possibilidades analítico-epistemológicas que temos dentro do (amplo) campo de estudos em políticas públicas. E há muitos fora dela, em termos de tradição, escolas, abordagens, perspectivas e métodos.

Novamente, Campo/campo revela a força projetual, porém centrípeta, que carrega consigo enquanto armadilha constitutiva.

Em uma perspectiva próxima, Fernando Abrucio (2017), ao falar sobre o Campo de Públicas, refere-se ao “estudo sobre gestão e políticas públicas” (ABRUCIO, 2017, p. 8). Ele também se soma aos esforços de projeção do Campo/campo, mas com os pés epistemológicos também fincados na análise (racional) de políticas públicas, ao que parece. Não por coincidência, suas palavras estão no prefácio do mesmo livro em que Vendramini e Almeida (2017) defendem que o “Campo de Públicas representa uma oportunidade de inovação no processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas” (VENDRAMINI; ALMEIDA, 2017, p. 42), numa explícita referência às abordagens de ciclo que ainda estão bem presentes no campo de estudos em políticas públicas, sobretudo no que pode ser chamado de “análise de políticas públicas”.

Ao mesmo tempo, porém, em que estes novos significados se consolidavam, diferentes cursos se estruturavam ou se reestruturavam, assumindo cada vez mais a sobreposição Campo/campo, mas também a interpretando mais livremente, não obstante as DCNs. A ideia da administração pública como *precedente histórico* já estava razoavelmente consolidada, mas os *subsequentes históricos* estavam sendo buscados. Para alguns, poderia até ser interpretado como em franca expansão, mas, olhados mais de perto, como estamos tentando fazer, apresentavam muito mais convergência do que divergência. Os caminhos mais comuns variavam dentro de um espectro não muito amplo que começava com as uma visão tradicional e positivista das políticas públicas, se detinham um pouco mais na administração pública, mas passavam também um pouco pela administração de empresas, com uma ideia de gestão muito próxima da perspectiva gerencialista. Quando dialogavam com a sociologia e/ou economia (VALENTIN; MOUNTIAN; ROCHA MACHADO, 2023) o faziam com incursões ainda muito presas à administração pública.

A pouca variabilidade de alternativas de *subsequentes históricos* de algum modo é resultado da densidade das redes e das trocas intensas entre os atores, grupos de pesquisa e instituições que ajudaram a conformar o Campo/campo. Diferentes trabalhos têm mostrado, por exemplo, que a noção de ciclo de políticas públicas tem sido assumida como orientadora curricular - alguns casos podem ser encontrados em Vendramini e Almeida (2017); Schabbach e Lima (2017) e Campana e Abdal (2023). Um evidência mais panorâmica também pode ser encontrada em Andion et al. (2023), que, ao analisarem os textos que descrevem o perfil do egresso de 49 cursos do Campo de Públicas, mapearam um conjunto de palavras que também mostram referências ao ciclo de políticas públicas, tais como “projeto, políticas públicas, avaliação, planejamento, controle, elaboração, implementação, gestão, formulação,

consultoria, coordenação, monitoramento, setor público, organização e programa” (ANDION *et al.*, 2023, p.19), embora outras remetam ao campo da administração pública ou mesmo da administração, quase sempre com viés gerencialista, pelo que pude entender.

Estes achados dialogam fortemente com outras pesquisa que também percebem uma certa entropia epistemológica, embora sem utilizar este conceito, nas composições de projetos pedagógicos, matrizes curriculares, formação, perfil docente, perfil de egressos, referências, dentre outros elementos que compõem o universo formativo do ensino superior no Brasil (Gonçalves, 2014; Trottmann, Coelho & Sarti, 2017; Almeida, Rodrigues & Silveira, 2018; Rizzi & Bambini, 2019; Coelho, 2019; Almeida, Abrucio, Lúcio, Tavares & Rodrigues, 2023; Campana & Abdal, 2023; Lucas, Pires de Arruda Leite, Gonçalves Junior, Van Noiye & Ribeiro de Sousa, 2023). As fragmentações (na ontologia) produzidas pela armadilha constitutiva Campo/campo acabaram por produzir hibridismos significantes e marcadamente brasileiros, sobretudo pela necessidade de dar respostas para as diferentes propostas formativas que continuavam e continuam a surgir.

Trazer para o contexto brasileiro, aliás, é um dos caminhos mais férteis para repensar os hibridismos produzidos pelo Campo/campo em suas relações históricas e sociais. O sentido de projeção encontrou mais facilmente valência na comunidade pela proximidade que seus e suas participantes experienciavam com o momento político do país, de reafirmação da democracia e de vislumbre de novas possibilidade de reconstrução do ensino superior, do Estado e da relação com a sociedade. Não por acaso, os sentidos de projeção estavam direcionados para o *ethos* republicano, pois muitos viam o Campo de Públicas como, nas palavras de Magda de Lúcio Lima (2018), “um espaço necessário ao desenvolvimento nacional e em particular, na realização dos princípios constitucionais de reconhecimentos de direitos individuais e coletivos” (p. 145).

Mapear todos os hibridismos não é tarefa fácil, tampouco é o que pretendemos fazer aqui. Entender, contudo, que eles existem e que nos conformam como Campo/campo pode ser fundamental para sairmos do que venho chamando de armadilha constitutiva Campo/campo, que parece ter criado consensos precoces e não muito aprofundados. Mas, por outro lado, como veremos mais adiante, os quais chamo aqui de opacidades, quase sempre situadas no plano da ontologia, objeto da próxima seção.

AS OPACIDADES RESULTANTES DA PROJETAÇÃO CAMPO/CAMPO

A projeção Campo/campo provocou em si mesmo movimentos de expansão e contração que, de um lado, ajudaram o “Campo” a se fortalecer; mas, de outro, limitaram os desenvolvimentos no “campo” sobretudo no plano das disputas epistemológicas internas. Vistos criticamente, a

partir de uma perspectiva temporal, argumentamos que, como parte de um mesmo processo, eles concretizam o que chamei mais atrás de armadilha constitutiva. Esta armadilha produziu, então, desde o começo, consensos e confluências, essenciais na busca por reconhecimento de pares cientificamente distintos, mas não deixou que fossem também produzidos dissensos e afastamentos, por sua vez essenciais na busca por uma densidade epistemológica necessária para validar a existência de qualquer campo científico (BOURDIEU, 1976). Esta dinâmica de amarração é a armadilha em si, que acabou por fomentar zona de opacidade para as necessárias disputas entre visões de mundo, conceitos, definições, problematizações, quadros analíticos, propostas metodológicas e estruturas internas e externas de validação.

Em outras palavras, a sobreposição Campo/campo esfriou as tensões (inerentes à demarcação de qualquer campo) entre querer se mostrar relativamente homogêneo para os outros, para ser visto como digno de uma distinção ou de uma nova fatia no espectro da produção de conhecimento científico, e querer ressaltar suas idiossincrasias nas disputas epistemológicas que internamente o conforma. E o fez em desfavor de uma das partes, ou seja, a das disputas epistemológicas. De fato, olhando criticamente a prática do e a literatura sobre o Campo de Públicas, a lacuna das disputas aparece de modo recorrente nos encontros, nas conversas e principalmente nos textos, que é o principal material de análise crítico-interpretativo que uso neste ensaio.

Essas lacunas, contudo, eram, e de certa forma ainda são, sempre contextualizadas como uma dos *próximos desafios* que precisam ser enfrentados (PIRES et al., 2014; FARAH, 2016a; 2016b; ETUALIN et al. 2018; COELHO, 2019; COELHO et al. 2020; BOULLOSA et al. 2021). Mas, vistas numa perspectiva histórica, podem indicar que se trata de elemento constitutivo da própria história do Campo de Públicas, sobretudo quando o estudamos a partir da sobreposição Campo/campo. Esta mesma ausência de disputa epistemológica é reconhecida muito recentemente por Bruno Magalhães (2023), quando interpreta o Campo de Públicas como um projeto de demarcação científica, e argumenta que o atual “momento é de voltar-se para dentro do território demarcado e precisar as divisas internas do campo” (MAGALHÃES, 2023, p. 2).

Desenvolvendo este fio crítico-analítico, a emergência de tal percepção pode ser observada já em Pires et al. (2014), ao reconhecerem com muita sensibilidade que o vivenciavam era um “espaço multifacetado” (PIRES et al., 2014, p.110), plural. Não obstante a importância do argumento dos autores de que os desafios mais urgentes do Campo/campo seriam aqueles de natureza organizativo/institucional, cujo enfrentamento poderia incluir a criação de uma associação nacional (criada em 2015), nos interessa aqui resgatar um outro tipo de desafio que também é apontado por eles, embora com menor ênfase. Trata-se de um desafio de natureza político-epistemológica, descrito por como “o risco [futuro] de confronto entre os

mais ‘administrativos/gestores’ e os mais ‘analíticos/institucionais’”. As partes que o texto se referia, “administrativos/gestores” e “analíticos/institucionais” foram explicadas do seguinte modo: enquanto os primeiros defenderiam que a formação oferecida pelos cursos do Campo de Públicas deveria ser predominantemente voltada para a “solução de problemas de gestão referentes às políticas governamentais e aos serviços públicos”; os segundos defenderiam uma formação mais voltada para “a política e a reflexão sociológica” (PIRES et al., 2014, p.124). E como sugestão, para evitar este conflito, os autores defendem a “importância da visão e do agir tecnopolítico” (PIRES et al., 2014, p.124), pois o “o melhor a ser produzido pelo Campo de Públicas é a superação desta falsa dicotomia” (PIRES et al., 2014, p.125). Além disto, a redução de um universo plural de possibilidade a duas partes mostra também uma preocupação compreensível de que tais disputas poderiam desagregar uma construção até então com muitas conquistas - o que não ocorreu.

Mas, com o perdão dos autores, não se trata de uma “falsa dicotomia”, mas, sim, de uma clara disputa epistemológica, que pode envolver, por exemplo, uma antiga e sempre atual discussão sobre valores e políticas públicas, bem como sobre objetividade e subjetividade nos processos de políticas públicas e/ou gestão governamental. Tanto é que o problema, ou a “dicotomia” não se resolve, não se dissolve, e só cria opacidades. Não por acaso, em 2020, uma análise dos projetos pedagógicos de 14 cursos de Graduação do campo de Públicas observa a proeminência de dois perfis profissionais para os egressos, que os autores Clemente, Oliveira, Horochovski, Junckles e Azevedo chamam de “gestor de políticas públicas e administrador público e organizacional” (CLEMENTE et al. 2022, p.), muito parecidos com os de 2014. Se não acolhermos e enfrentarmos estas disputas nos espaços que elas devem acontecer, dificilmente encontraremos modos de ampliarmos e aprofundarmos os debates, inclusive se fosse, eventualmente, para superar as diferenças de posicionalidades epistemológicas.

Farah (2016a) também percebe o desafio da disputa epistemológica como eminente e defende que ele poderia ser melhor enfrentado no “processo de institucionalização de um novo campo - o Campo de Públicas” (FARAH, 2016a, p. 962), aprofundando a “*policy analysis*” em lugar do “*policy studies*”. Ela assume a clássica separação do campo de estudos em políticas públicas entre os estudos sobre as políticas públicas (*policy studies*) e o estudo para as políticas públicas, ou simplesmente análise de políticas públicas (*policy analysis*), ancorada em uma literatura de base lasswelliana. Mas o que acaba por propor é que o Campo/campo caminhe para o que seria um dos lados do campo de estudo em políticas públicas, cujas escolas e disputas epistemológicas vão muito além desta visão bifásica, novamente num exercício de projeção. Ao fazer isto, defende que a natureza aplicada do conhecimento, voltado para alimentar as políticas públicas em seus processos de formulação e implementação e avaliação, poderia ou

deveria caracterizar (grande parte dos) os esforços formativos que conformariam os cursos do Campo de Públicas. Talvez esta proposta pudesse responder à esperança de que finalmente o decurso histórico da análise de políticas públicas no Brasil conseguiria tanto delimitar “um objeto e uma forma de analisá-lo”, como passar a conformar uma “comunidade discursiva com uma identidade e uma agenda comuns” (FARAH, 2016a, p. 962), mas também acabava por reforçar as opacidades contidas da sobreposição Campo/campo.

A preocupação dos autores Carlos Raul Etulain, Milena Pavan Serafim e Rodrigo Rossi Horochovski (2018) com a falta de disputas epistemológicas também revelam os rastros das opacidades que venho trazendo aqui. Para eles, o principal desafio epistemológico a ser enfrentado pelo Campo de Públicas seria a assunção de uma inclinação mais *policy-oriented*, “que passaria por uma adequação do seu campo de estudo [para] que contemple[asse] pesquisas relevantes e orientadas às necessidades da *Policy, Politics e Polity*”. Eles defendem ainda que o Campo de Públicas deveria “reafirmar seu papel como ator que advoga e prescreve propostas e alternativas ao setor público, conjuntamente com *policy makers*, conformando uma coalizão de defesa, na disputa ideológica e material dos elementos que condicionam o Estado em ação” (p.56). As lentes cognitivas assumidas por estes autores, embora importantes, também não conseguem adentrar na natureza epistemológica daquele confronto anunciado por Pires, Fonseca, Vedramini e Coelho (2014), pois, assim como Farah (2018), assumem e defendem que o Campo de Públicas estaria ou deveria estar todo ele em um dos lados da interpretação (dicotômica) que fazem em relação ao campo de estudos em políticas públicas.

Com isto, paradoxalmente, negam uma pluralidade que deveria ser constituinte a qualquer campo, como foi tão bem apontado por Bourdieu (1976), alimentando as opacidades no plano da epistemologia. Também em Filgueiras e Lobato (2015) encontramos uma valência mais preponderante de projeção do Campo/campo, mesmo quando se falta na importância da dimensão crítica e se advoga uma maior presença de conteúdos de políticas públicas, incluindo as sociais, nos cursos do Campo de Públicas. De fato, os sentidos contidos nos diferentes trabalhos que compõem este fio interpretativo parecem apontar tanto para o reconhecimento da lacuna das disputas epistemológicas (mas cujo enfrentamento poderia provocar dissensos e afastamentos), quanto para a compreensão de que haveria outros problemas mais urgentes, que seriam justamente aqueles que estimulariam consensos e confluências. Com isto, paradoxalmente, negam uma pluralidade que deveria ser constituinte a qualquer campo, como foi tão bem apontado por Bourdieu (1976), alimentando as opacidades no plano da epistemologia. Discursivamente, o que se observa é que a lacuna nunca vem efetivamente enfrentada, pois sempre deslizamos para a força da armadilha constituinte na sobreposição Campo/campo, nos aprisionando em um círculo vicioso que se retroalimenta.

SE É CONSTITUINTE, É POSSÍVEL DESARMAR A ARMADILHA?

Não tenho respostas prontas, mas, defendo que, se é constituinte, a armadilha Campo/campo se encontra no plano da ontologia. Sendo assim, é preciso que orientemos pelo menos parte de nossos esforços para lá, a fim de que, de tal nova posicionalidade, possamos chegar novamente aos planos da episteme e da deontologia, com ganhos de coerência e profundidade, lidando mais de frente com suas opacidades. Podemos buscar amparo recursivo na própria história do campo, sobretudo em sua força mobilizadora. A infértil interdependência entre os movimentos de expansão (que gerou os ganhos de mobilização) e retração (que gerou as opacidades epistemológicas), fixado por uma armadilha constituinte. Alguns encontros, escritos, debates e reflexões poderiam ser direcionados para a construção de uma experiência ampla de revisão ontológica do Campo de Públicas.

Além disto, poderíamos também substituir a leitura (negativa) das nossas fragmentações no campo da ontologia pela ideia de que estaríamos diante de hibridismos históricos, brasileiros, com validade criativa e potencialmente crítica como provavelmente nunca houve antes. A primeira delas pode ser melhor representada pelas palavras de Peter Spink (2020), para quem o Campo de Públicas “evoca imagens variadas de movimentos, de diferentes orientações acadêmicas e profissionais e das lutas para dizer: isso é um assunto público” (SPINK, 2020, posfácio). Se seguirmos suas bonitas palavras, o que define a relação Campo/campo é o assunto, é o problema, é o objeto. Mas, de modo complementar, passando já para a validade crítica, poderíamos dizer que também são os sujeitos sociais que podem ser revistos nesta ideia de que lidaríamos com hibridismos, pois isto nos levaria para uma condição de *implicação valorativa*, como defendi em outro texto (BOULLOSA, 2019), no fazer pesquisa, no ensinar, no aprender, no praticar, no construir.

A condição implicada dos sujeitos é um dos caminhos para a ampliação da reflexividade nos campos do conhecimento, sobretudo quando, volto para Spink (2020), falamos de público como assunto. Mas, precisamos estar atentos a não limitarmos a noção de reflexividade somente ao plano das disputas epistemológicas, construídas no âmbito da academia. Precisaríamos ir muito além, e já temos até pontos muito férteis de partida, como a ideia de que o Campo de Públicas teria também que lidar com conhecimentos de natureza tecnopolítica (PIRES et al., 2014) - o que nos levaria diretamente para uma discussão ainda completamente em aberto, me parece, sobre a natureza do conhecimento que mobilizamos, que queremos mobilizar e temos colocado em prática quando nos propomos a resolver problemas, por exemplo, relacionados às políticas públicas, a gestão de políticas públicas, à gestão pública, à administração pública, a gestão social. Para qualquer um dos casos, talvez o que nos mova numa discussão de inspiração mais pragmatista é a percepção de estamos diante de uma situação

indeterminada que poderia desencadear uma ação reflexiva de reorganização do Campo/campo, reconhecimento e estimulado nossa passagem, finalmente, para uma experiência de tipo “Campo/campos”.

ALGUMAS PALAVRAS FINAIS

Em menos de duas décadas, o Campo de Públicas emergiu como articulação, foi tratado como movimento, mas acabou assumindo com muito mais ênfase a sua natureza de “campo”. Esta mudança indicava uma passagem de uma disputa que passava do plano mais deontológico, alcançando agora o da episteme, ao mesmo tempo em que reivindicava para si uma autoridade sobre a ontologia de um (novo) campo de conhecimento. Nesta construção acelerada, a sobreposição Campo/campo acabou se revelando como uma armadilha constituinte. Primeiro construída a partir de um claro diálogo com o campo da administração pública, o qual, no entanto, de um ponto de vista mais amplo dentro da comunidade científica e profissional, acabou se consolidando como (quase indiscutível) seu *precedente histórico*. Em meados da década de 2010, porém, novas possibilidades se abrem com a autorização que a comunidade se outorga, de buscar novos subseqüentes históricos. Contudo, estes subseqüentes foram, como busquei explicar, orientados ou produzidos com muita proximidade epistêmicas, andando a criar, de um lado, hibridismos em forte diálogo; de outro, uma opacidade na percepção (e uso dos necessários espaços de disputa).

Este ensaio não teve como objetivo mapear tais hibridismos (embora os reconheça como objeto para futuras pesquisa, mas, sim, problematizá-lo e contar um pouco da sua história. Estes hibridismos, embora ainda não consigam se realizar plenamente, carregam consigo validade criativa e potencial crítico. Se bem assumidos e trabalhados, podem, juntos, construir um Campo/campo que de fato manifeste as particularidades do “caso brasileiro”, sobretudo em termos de implicação valorativa com orientações democráticas comuns, mas que não impeça os necessários desenvolvimentos das disputas epistemológicas. Estas disputas são fundamentais para que aprofundemos o Campo/campo como um todo, buscando também crescer com as diferenças, para além de ressaltarmos a “unidade na diversidade” que já temos (COELHO et al., 2020).

Sentir-se parte de um movimento na ciência, sem dúvida, aumenta o nosso engajamento e dá sentido as nossas lutas comuns pela construção do que defendemos como sendo um campo científico (BOURDIEU, 1976). E, de fato, com a sobreposição Campo/campo, pouco mais de uma década depois, o expressivo conjunto de cursos de graduação e pós-graduação que se distribui por todo o país, a presença de revistas científicas de amplo reconhecimento, a realização ritmada e constante de encontros entre pares, além das redes

consolidadas que conformam uma comunidade forte em termos de reconhecimento identitário, passaram a refletir o seu sucesso (ALMEIDA et al., 2017; COELHO et al.; 2020).

Argumenta-se, por fim, que só enfrentando esta incômoda lacuna conseguiremos alcançar tão esperada densidade crítico-analítica, que só campo, sem capitulação, mas com muita disputa, conseguem reflexivamente construir. A baixa reflexividade em um campo de conhecimento, sobretudo quando tem as políticas públicas como objeto pode levar a subtração da capacidade da sua comunidade em reconhecer e avançar na superação de seus eventuais problemas constituintes (BOULLOSA et al. 2021).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento; ABRUCIO, Fernando; LÚCIO, Magna Lima; TAVARES, Edgilson; RODRIGUES, Maria Isabel Araújo. Campo de Públicas no Brasil: Avanços e perspectivas no ensino, na pesquisa e na extensão. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 28, p. e88700, 2023. DOI: 10.12660/cgpc.v28.88700.

ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento; RODRIGUES, Maria Isabel Araújo; SILVEIRA, Raquel Maria da Costa. Ensino no Campo de Públicas: o caso dos cursos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (EG/FJP). **NAU Social**, v. 9, n. 17, p. 103-117, 2018. <https://doi.org/10.9771/ns.v9i17.31441>

ANDION, Carolina; CRUZ, Fernanda Natasha Bravo; MIDDLEJ, Suylan; SILVA, Matheus Arcelo Ferreira; RIBEIRO, Erika Caracho. Campo de Públicas no Brasil: Diagnóstico exploratório realizado pela rede de pesquisado Campo de Públicas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 28, p. e86839, 2023. DOI: 10.12660/cgpc.v28.86839.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. Mirando ao Revés as políticas públicas: os desenvolvimentos de uma abordagem crítica e reflexiva para o estudo das políticas públicas. **Publicações da Escola da AGU**, v. 11, p. 89-106, 2019.

BOULLOSA, Rosana de Freitas; PERES, Janaina Lopes Pereira; BESSA, Luiz Fernando Macedo. Por Dentro do Campo: uma narração reflexiva dos estudos críticos em Políticas Públicas. **Revista O&S**, v. 29, n. 97, p. 306-332, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Le champ scientifique**: Actes de la recherche en sciences sociales. Paris: Ed. du Seuil, 1976.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências**. Brasil: Ministério da Educação, 2014.

CAMPANA, Carla; ABDAL, Alexandre. Acolhimento, diversidade e implementação das diretrizes curriculares nacionais no Campo de Públicas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 28, p. e86817, 2023. DOI: 10.12660/cgpc.v28.86817.

COELHO, Fernando de Souza. **História do ensino de administração pública no Brasil (1854-2006): antecedentes, ciclos e a emergência do Campo de Públicas**. Brasília: Enap, 2019.

MAGALHAES, Bruno Dias. O ensino de administração pública: Elementos preliminares de uma história intelectual interdisciplinar. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 28, p. e87961, 2023. DOI: 10.12660/cgpc.v28.87961.

ETULAIN, Carlos Raul; SERAFIM, Milena Pavan; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. O desafio do Campo de Públicas frente ao contexto de crise do Estado brasileiro. **NAU Social**, 9(17), 46-58, 2018. <https://doi.org/10.9771/ns.v9i17.31444>

FARAH, M. F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “Campo de Públicas”. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 6, p. 959-979, 2016a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612150981>. Acesso em: 27 jun. 2023.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Formação em política pública no Brasil. Das iniciativas pioneiras dos anos 60 à institucionalização do “Campo de Públicas”. **Estudos Políticos**, n. 49, p. 192-215, 2016b.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Abordagens teóricas no campo de política pública no Brasil e no exterior: do fato à complexidade. **Revista do Serviço Público**, v. 69, p. 53-84, 2018.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Institucionalização do campo de administração pública no Brasil: reflexões sobre o passado e desafios do futuro. **NAU Social**, v. 9, n. 17, p. 76-91, 2018.

FISCHER, Frank. Para além do empirismo: *policy inquiry* na perspectiva pós-positivista. **Revista NAU Social**, v. 7, n. 12, p. 163-180, maio-nov. 2016.

FP3CP - Fórum de Professores e Coordenadores do Campo de Públicas. **Carta de Balneário Camboriú**. 2010. Disponível em: https://campodepublicas.files.wordpress.com/2012/11/acarta-de-bal_camboriufimagostovpf.pdf. Acesso em 26 de maio 2023.

FP3CP - Fórum de Professores e Coordenadores do Campo de Públicas. **Carta de Brasília**. 2016. Disponível em: <https://campodepublicas.files.wordpress.com/2013/04/carta-de-brasc3adliabril-de-2013-1.pdf>. Acesso em 26 de maio 2023.

GONÇALVES, Sílvia Ferreira Caproni. Campo de Públicas: Um Estudo sobre a Constituição do Movimento à Luz da Noção de Identidade. **Dissertação (mestrado)**, Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, Brasil, 2014.

KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. O movimento “campo de públicas”: construindo uma comunidade científica dedicada ao interesse público e aos valores republicanos. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 4, p. 169-176, 2014.

LASSWELL, Harold D. The policy orientation. In: LASSWELL, Harold D.; LERNER, D. **The Policy Sciences: Recent Developments in Scope and Method**, Stanford, CA: Stanford University Press, 1951, pp. 3-15.

LASSWELL, Harold D. The emerging conception of the policy sciences. **Policy sciences**, v. 1, n. 1, p. 3-14, 1970.

LASSWELL, Harold D. **A Pre-view of the Policy Sciences**. New York: American Elsevier, 1971.

LUCAS, A. C. et al. Curricularização da extensão: a experiência do curso de administração pública da Faculdade de Ciências Aplicadas UNICAMP. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 28, 2023, artigo e88038.

LÚCIO, Magna Lima. A construção de uma pluralidade epistêmica no Campo de Públicas - observações sob o ponto de vista de trajetórias. Do Fórum à ANEPCP. **Revista NAU Social**, v. 8, n. 15, p. 143-148, nov. 2017/abr. 2018.

PIRES, Valdemir; MIDDLEJ E SILVA, Suylan; FONSECA, Sérgio Azevedo; VENDRAMINI, Patrícia; COELHO, Fernando de Souza. Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Administração Pública e Gestão Social**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 110-126, 2014. DOI: 10.21118/apgs.v6i3.4650

RIZZI, Ester Gammardella; BAMBINI, Gustavo. A tarefa de ensinar direito no campo das políticas públicas: o desafio de integrar uma comunidade epistêmica interdisciplinar. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 5, n. 3, p. 904-925, 2019.

SOUZA, Celina. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 15-20, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-69092003000100003>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SPINK, Peter Kevin. Um olhar pessoal sobre parte da formação do Campo de Públicas (posfácio). In: ALMEIDA, L. S. B. et al. (org.). **Contribuições do Campo de Públicas: um olhar sobre democracia no século XXI e os desafios para gestão pública**. Belo Horizonte: FJP, 2020.

TROTTMANN, Paula; CORRÊA, Victor; COELHO, Fernando de Souza; SARTI, Flávia Mori. A produção científica em políticas públicas no Brasil: descrição e análise de alguns resultados de uma investigação sobre a primeira década dos anos 2000. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCar**, v. 1, n. 2, p. 223-253, 2017.

VALENTIN, Agnaldo; MOUNTIAN, André Gal; MACHADO, João Guilherme Rocha. Inserção de economistas no Campo de Públicas no Brasil: Trajetória acadêmica, ensino e pesquisa. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 28, p. e86801, 2023. DOI: 10.12660/cgpc.v28.86801.

VENDRAMINI, Patrícia.; ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento. Apresentação. In: VENDRAMINI, P.; ALMEIDA, L. de S. B. (Eds.). **Pioneirismo, renovação e desafios: experiências do Campo de Públicas no Brasil**. Udesc, 2017a, p. 11.